



# Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

## 1. Informações Gerais

<b>Data:</b> 17/06/2021	<b>Horário:</b> 14h	<b>Local:</b> remota-webex
<b>Participantes/Representantes:</b> Dr. Marcus Lívio Gomes – Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica – SEP; Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE; Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ; Sr. Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD; Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira – Chefe de gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN; Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto – Secretário de Auditoria; Sra. Juliana Mendes Gonzaga Neiva – Secretária de Comunicação Social – SCS; Sr. João D’arc Ramos de Oliveira – Secretário de Gestão de Pessoas em substituição – SGP; Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças Sra. Cristina, de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP; Dra. Dayse Starling Motta – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica – SEP.		
<b>Facilitador</b> Sr. Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ/DGE.		
<b>Equipe Técnica</b> Sra. Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional; Sr. João Paulo Guimarães da Silva – Estagiário da Seção de Planejamento Institucional.		



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### Presentes:

Dr. Carl Olav Smith – Juiz Auxiliar da Corregedoria, Corregedoria Nacional de Justiça;  
Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;  
Dr. Anderson de Paiva Gabriel – Juiz Auxiliar da Presidência, Gabinete da Secretaria Geral;  
Sr. Getúlio Vaz – Secretário da Secretaria de Administração;  
Sra. Erika Teixeira Guimarães – Seção de Compras;  
Sra. Gabriela Corrêa Noé – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Marcos Vinícius Silva Campos – Chefe da Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;  
Sra. Priscila Alberti Leite – Departamento de Gestão Estratégica;  
Sr. Wilfredo Enrique Pires Pacheco – Diretor de Projetos, Departamento de Pesquisas Judiciárias;  
Sra. Daniele Smidt Frischknecht – Seção de Gestão Socioambiental;  
Sra. Thaislana Marina Lima dos Santos – Departamento de Gestão Estratégica;  
Sra. Larissa Lima de Matos – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário;  
Sra. Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa – Diretora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas;  
Sr. Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior – Chefe da Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sra. Meg Gomes Martins de Ávila – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Antônio Augusto Silva Martins – Diretor Técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias;  
Sr. Evandro Silva Gomes – Chefe da Seção de Auditoria da Gestão e da Governança;  
Sra. Sarah de Carvalho Barros da Silva – Coordenadoria de Imprensa;  
Sra. Celina Ribeiro Coelho da Silva – Assessora Chefe do Gabinete de Conselheiro, Gabinete do Conselheiro Henrique Ávila;  
Sr. Saulo Augusto Felix de Araújo Serpa – Coordenador da Coordenadoria de Auditoria Institucional;  
Sr. Igor Guimarães Pedreira – Chefe da Seção de Gestão de Projetos e de Processos de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sra. Anali Cristino Figueiredo – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário;  
Sra. Tatiana Cristine Cassimiro Vieira – Coordenadoria de Auditoria Institucional;  
Sra. Júlia Aguiar Coutinho – Secretaria de Auditoria;  
Sr. Igor Caires Machado – Escritório Corporativo de Políticas Judiciárias Nacionais e Projetos Institucionais;  
Sra. Nathalia Freitas Loureiro – Gabinete do Conselheiro Henrique Ávila  
Sra. Renata Lícia Gonçalves de Santana Alves – Coordenadora da Coordenadoria de Auditoria Interna  
Sra. Thaís Martins Bosch – Chefe de Núcleo, Secretaria Geral;  
Sr. Thiago Freitas de Oliveira – Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário;  
Sr. Pedro Farage Assunção – Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia;  
Sra. Natascha Barreto de Almeida Rangel – Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;  
Sra. Isabela Naves Mota Rodrigues – Assistente VI, Gabinete Vaga Juiz do Trabalho;  
Sr. Rômulo Pereira Serpa - Coordenadoria de Imprensa;  
Sra. Célia de Lima Viana Machado – Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;  
Sr. Sidney Martins Pereira Arruda – Chefe da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação;



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Sra. Marina Brazil Bonani – Departamento de Gestão Estratégica;  
Sr. Antônio Ferreira de Melo Filho – Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;  
Sr. Jônathas Seixas de Oliveira – Seção de Comunicação Institucional;  
Sr. Jorge Luiz Manfroi – Coordenador do Departamento de Acompanhamento Orçamentário;  
Sr. Thiago de Andrade Vieira – Diretor de Departamento do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;  
Sr. Arthur Dias Avelino – Gabinete do Diretor-Geral;  
Sr. Matias Davis Escalante – Estagiário, Diretoria-Geral;  
Sr. Flávio Feitosa Costa – Coordenador da Coordenadoria de Apoio à Governança de TIC;  
Sr. Rogério Alves Lima – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Rodrigo Moraes Godoy – Assessoria Jurídica;  
Sra. Renata Maroja Stochiero – Seção de Gestão Socioambiental;  
Sra. Patrícia Maria Silva Soares Coelho – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;  
Sr. Fernando Potyguar de Alencar Araújo – Estagiário, Diretoria-Geral;  
Sra. Maria Lúcia Ramos Ventura Lagasse – Seção de Registro e Acompanhamento Funcional.

## 2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a abril de 2021; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; e identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

## 3. Pauta

- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a abril de 2021;
- Apresentação dos resultados dos indicadores com desafios e suas soluções;
- Apresentação do monitoramento dos projetos – Escritório Corporativo de Projetos.

## 4. Abertura

O Dr. Marcus Lívio Gomes, Secretário Especial de Programas, Pesquisa e Gestão Estratégica – SEP, cumprimentou a todos os participantes na Reunião da Análise da Estratégia - RAE e falou da importância da reunião que tem por finalidade verificar o cumprimento e a eficácia da estratégia do CNJ para o ano de 2021. Mencionou que na 2ª RAE serão apresentados os resultados do período de janeiro a abril de 2021 e serão debatidos pontos de melhorias. Destacou que é a primeira RAE do novo ciclo



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

2021-2026 e que marca a parceria entre DGE e ECP. Em seguida, falou que, dos 18 objetivos estratégicos: 6 foram cumpridos, 7 foram parcialmente cumpridos, 2 não cumpridos e 3 não foram mensurados. Acrescentou que apesar dos resultados, os objetivos nessa primeira mediação apresentam bons desempenhos. Ainda apontou a importância de se manter o foco na execução da estratégia institucional do CNJ para que os gestores se apropriem cada vez mais dos seus indicadores e metas a fim cumprir de forma exitosa esse nosso novo ciclo que se inicia.

### 5. Apresentações

Na sequência, o Sr. Adilson Medeiros, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ - DIGE, apresentou a agenda composta por: panorama geral dos resultados; resultados dos indicadores – desafios e ações; e o monitoramento dos projetos institucionais. Acrescentou que, para tornar a RAE mais célere, será feita uma apresentação executiva e que mais detalhes serão disponibilizados no relatório do monitoramento da estratégia disponível na Intranet (página do DGE) e no Portal CNJ (aba gestão e planejamento). Em seguida, falou que os resultados apurados até abril de 2021 apontam que, dos 18 objetivos estratégicos que constam no mapa, o resultado foi: 6 objetivos cumpridos, 7 parcialmente cumpridos, 2 não cumpridos e 3 objetivos estratégicos não mensurados. Dos 40 indicadores que constam no Planejamento Estratégico: 15 foram cumpridos, 7 parcialmente cumpridos, 4 não cumpridos e 14 não mensurados. Dos 11 projetos que constaram no planejamento no ano de 2021: 1 foi concluído, 6 cumpridos e 4 parcialmente cumprido. O Sr. Adilson finalizou informando que o painel da estratégica com os resultados do novo ciclo já está com iniciativas avançadas para que brevemente esteja disponível a todos para consulta, e esclareceu sobre a sistemática para essa RAE que consiste em apresentar os indicadores que não apresentaram um bom desempenho.

#### 5.1.1 Departamento de Gestão Estratégica - DGE

A Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE, falou que dos 6 indicadores do DGE, 3 foram parcialmente cumpridos. O primeiro é o Indicador 1 – Índice de Cumprimento das Metas Nacionais



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

que tinha como expectativa de cumprimento 56% e realizou 48,9%. Esclareceu que esse indicador visa fazer o monitoramento das metas nacionais do Poder Judiciário e também impulsionar no cumprimento das metas e deve variar durante o ano. Sobre o Indicador 26 – Índice de melhorias implementadas em processos prioritários que tinha como expectativa 15% e realizou 11%, pontuou que a meta desse indicador é implementar 100% das melhorias em 2021, e acrescentou que dos 56 processos incluídos no indicador, 2 não foram analisados, sendo que 1 já foi realizado e outro diz respeito ao ECP, mas afirmou que o processo de melhorias está sendo acompanhado pelo departamento e os prazos também estão sendo monitorados para que sejam cumpridos. E, por último, sobre o Indicador 27 - Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável – PLS que tem com expectativa 80% para 2021 e realizou 63% no momento, a Diretora do DGE falou que dos 24 indicadores do PLS, 9 não foram cumpridos, mas que os dados de maio e junho mostram que serão alavancados os resultados dos não cumpridos. Falou do descarte das pilhas que aconteceu por meio de um projeto do GDF (*drive thru* sustentável) e da realização de 3 ações de capacitações da semana do meio ambiente. Pontuou, ainda, as ações de sensibilização que estão sendo feitas de temas específicos. Por fim, aproveitou a oportunidade da presença do Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral para abordar a realização de mais sensibilizações sobre o uso da energia elétrica e que conta com o seu apoio.

### 5.1.2 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

A Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, sobre o Indicador 4 – Índice de realização de pesquisas mencionou que muitas pesquisas ainda serão publicadas no segundo semestre, o que é natural, e portanto o resultado está dentro do esperado. Acrescentou, mesmo não sendo assunto do indicador 4, aspectos da gestão da qualidade do dado, que reflete em outro indicador que está sendo cumprido e sobre isso pontou o esforço de reuniões com todos os tribunais, pois são feitas 3 reuniões com cada um dos 90; webinar a cada 15/20 dias; capacitação em ciência de dados para servidores e magistrados. Por



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

fim, informou que, no final do ano, pode-se ter mais pesquisas publicadas do que previstas, em complemento às informações sobre o indicador 4.

### **5.1.3 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD**

Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD, falou que o Indicador 32 – Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais não foi mensurado, pois perceberam que no formulário de inscrição não tem como identificar os gestores. Partindo disso, para medir o indicador, ou serão feitos cursos específicos para gestores ou será feita reformulação do formulário de inscrição para identificar os gestores. Informou que já foram ofertadas 45 mil vagas nesse ano e que há 57 cursos em diversas fase de andamento: planejamento, execução, desenvolvimento. Acrescentou que há um curso específico para altos gestores do Poder Judiciário em análise da SEP a pedido do Dr. Marcus Lívio. Por fim, informou que há outros cursos para os gestores.

### **5.1.4 Corregedoria Nacional – CN**

Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN, falou que o Indicador 11 – Índice de implantação de iniciativas que aprimorem as inspeções e correições consiste de 3 ações: painéis estatísticos de monitoramento das unidades judiciais, cuja fase de planejamento demorou por causa do levantamento dos dados; automatizar a elaboração e consolidação dos relatórios de inspeções e correições; e automatizar o processo das determinações e recomendações. Informou que foram elaborados os documentos de formalização dos projetos (TAP e PGP) dessas ações e que esses estão sendo analisados pelo DPJ e pelo DTI pois há etapas que dependem dessas unidades. Acrescentou que, assim que retornarem as análise e forem feitas as adequações necessárias, a solicitação de execução será submetida à avaliação da SEP. Sobre o Indicador 13 – Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais, esclareceu que é composto por 3 projetos importantes: instalação e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

funcionamento do agente regulador do operador nacional do sistema de registro de imóveis, e sobre isso informou que lei estabeleceu que a CN seja o agente regulador do ONR, que esse já foi instalado com a publicação do provimento e que está na fase de adequação para início de elaboração das normas técnicas. Acrescentou ainda que o Provimento 115 instituiu a receita do fundo para implementação e custeio do sistema e que a partir de agora o ONR terá recurso para iniciar a implementação do projeto; sobre a erradicação do sub-registro civil- seguindo projeto - informou que está em fase de planejamento, que foi feito levantamento de dados para se saber a situação atual do sub-registro no país, e que no V FONACOR será proposto aos corregedores que uma das diretrizes para as corregedorias em 2022 seja o combate ao sub-registro civil, tanto no nascimento quanto no registro tardio; e sobre o último projeto - fomentar a implementação do sistema Apostil no Brasil – informou que uma das frentes é melhorar a forma de gestão, manutenção e evolução do sistema e que o marco importante foi a alteração da Resolução 228, que passa a gestão para as entidades que desenvolveram o Apostil. Acrescentou que está em fase de viabilização do apostilamento eletrônico e, por fim, registrou que as tratativas com entes externos provocaram prejuízo no andamento dos trabalhos mas que há expectativa de, nos próximos períodos, haver compensação para alcançar a meta.

### **5.1.5 Secretaria de Auditoria – SAU**

Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto, Secretário da Secretaria de Auditoria – SAU, informou que o Indicador 23 – Índice de satisfação dos trabalhos de auditoria e consultoria não foi mensurado porque o programa de qualidade e o desenvolvimento das ações aconteceram após o período da mediação. A mensuração do índice de satisfação só foi possível após a primeira realização de auditoria que aconteceu no final do mês de março. Adicionou que o índice de satisfação dos trabalhos é aferido em função de aplicação de questionários que aconteceu logo após o período. Entretanto, afirmou que já se tem resultados da mediação da primeira etapa de mensuração e que estão terminando mais uma atividade que deve entrar na próxima medição.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.1.6 Secretaria de Comunicação Social – SCS

A Sra. Juliana Mendes Gonzaga Neiva, Secretária de Comunicação Social – SCS, iniciou falando do Indicador 28 – Alcance e Engajamento nas Redes Sociais e enfatizou que fazer comunicação depende muito de critérios externos que, às vezes, fogem do controle da SCS e foi o que aconteceu nas redes sociais: sobre o *Instagram*, que é a maior rede em crescimento, esclareceu que, de tempos em tempos, há mudança dos algoritmos que fazem com que os posts cheguem ao maior de números de pessoas, forçando que o perfil pague engajamento. A Secretária esclareceu que o perfil CNJ é orgânico e que, apesar dessas mudanças, todos os dias há novos seguidores. Também ressaltou o aumento da produtividade no primeiro semestre passando de 400 posts/ano para mais de 500 posts/ano. Sobre o *Facebook* esclareceu que mundialmente está em queda, mas enfatizou que é uma plataforma ainda utilizada no mercado institucional. Mencionou que o *twitter* atualmente está em constante crescimento e o *Linkdln* apresentando resultados positivos de uso. Resumiu que o resultado foi impactado então por dois fatores o *Instagram* e o *Facebook*. Adicionou ainda que outra influência no resultado decorre de um fator interno na linha editorial dos *posts* e sugeriu que poderia ser avaliada a possibilidade de se publicar decisões que representem ganhos nos direitos do cidadão proferidas por outros tribunais. Em relação ao Indicador 29 – Alcance e Engajamento no Portal CNJ mencionou que não foi atingido porque em 2018/2019 houve mudança na plataforma do portal o que acarretou a perda de conteúdo e em pesquisa pelo *Google*. Informou que as pessoas que buscam pelo CNJ o fazem pelo *Google* e que a transição provocou perda no ranking. Adicionou que tem sido feito trabalho de recuperação de conteúdo e de engajamento dentro do *Google* para voltar a ser líder de pesquisa. Explanou, ainda, que a mudança da linha editorial também teve impacto e sugeriu divulgar mais matérias de serviços e de decisões de outros tribunais.

### 5.1.7 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

O Sr. João D'arc Ramos de Oliveira, Secretário de Gestão de Pessoas em substituição – SGP, abordou os dois indicadores (Indicador 33 – Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ – e o Indicador 34 – Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ)



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

em conjunto porque têm a mesma explicação para os resultados. Esclareceu que a unidade vê essa situação com pouca preocupação porque nos meses iniciais do ano é feito o planejamento das capacitações e que agora têm percebido o percentual subindo muito, por isso, estão tranquilos com relação ao atingimento da meta até o final do ano.

### **5.1.8 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF**

Sr. Wernne Silva, Secretário da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, falou que o Indicador 39 – Execução do orçamento do CNJ, tem meta de execução 97% mas que o objetivo é chegar a 100% dos pagamentos. Sobre o resultado de abril, que ficou parcialmente cumprido, com resultado de 23%, informou que se deve aos pagamentos ainda não atestados e encaminhados para a secretaria para execução. Informou que em junho fará reuniões com os coordenadores de ação para apresentar como a falta de pagamento impacta no atingimento da meta, a fim de elevar o percentual esperado desse índice. Dr. Marcus questionou se a diferença é em decorrência da não contratação da fábrica de software ao que Sr. Wernne esclareceu que é relacionado a todas as áreas.

### **5.1.9 Escritórios Corporativos de Projetos Institucionais – ECP**

A Sra. Cristina de Oliveira Winckler, Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP, iniciou informando que é a primeira participação do ECP na RAE e fez uma contextualização do gerenciamento de projetos no CNJ abordando: a Instrução Normativa nº 79/2020 que institui a metodologia de gerenciamento de projetos; a criação do Escritório Cooperativo de Políticas e Projetos – ECPP em setembro /2020 e de um vídeo sobre o fluxo de proposição de projetos; guia prático de artefatos e o levantamento de projetos institucionais que gerou um painel e um relatório. A Coordenadora falou que em abril de 2021, o ECPP tornou-se Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP com foco exclusivo em projetos institucionais para aumentar a maturidade do CNJ e vem desenvolvendo a revisão dos processos de trabalho; auxílio no planejamento dos projetos; início do acompanhamento dos projetos institucionais com as áreas e a criação de um projeto



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

do Justiça 4.0 em parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o UNOPS que é o PMOJUD, que tem como objeto a estruturação de ECP. Sobre PMOJUD, informou que já teve início o diagnóstico de maturidade, que será feita a revisão da metodologia e serão realizados ciclos de capacitações. Acrescentou que a regulamentação do ECP se deu por meio da Portaria da SEP nº 4/2021 onde encontram-se as suas finalidades. A Sra. Cristina ainda esclareceu que em abril começou o acompanhamento dos projetos que seguem as normas conforme IN nº 79/2020. Ressaltou que o primeiro acompanhamento dos resultados difere do previsto para o executado, pois o previsto é muito macro, então, quando as atividades são desdobradas no acompanhamento, percebe-se que uma atividade ou outra é esquecida, o que altera o percentual de execução. Em seguida, apresentou que dos 12 projetos institucionais: 8 projetos estavam no prazo previsto (67%), 3 parcialmente previstos (25%) e 1 atrasado (8%). A seguir a coordenadora demonstrou o painel de projetos da intranet e explicou que alguns estavam sem mensuração em abril/21. Sobre o Justiça 4.0 informou que até abril estavam fazendo planejamento, formação de equipe e formalização do projeto. A seguir passou a selecionar unidades no painel para demonstrar resultados: CN tem 2 projetos - PJECOR com 21% executado e previsto 27% e o Apostil com 18% de execução e 22% previsto; Gabinete da Ouvidoria: projeto 1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais com 25% executado e 25% previsto; Gabinete do Juiz Federal: Plano Nacional do Poder Judiciário “Judicialização e Sociedade” ações para acesso à saúde pública de qualidade com 25% executado e 25% previsto; Gabinete do Juiz de Trabalho: Projeto Depoimento Especial das Crianças e Adolescentes pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais com 36% de execução e 36% previsto e Projeto Prêmio Prioridade Absoluta com previsto de 38% e execução 34%; os projetos da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Integração do “Consumidor.gov.br” ao PJe com execução de 100% e previsto 100%; SISBAJUD – Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário com previsto de 87% e execução de 87%; Execução Fiscal – Automação e Governança com previsto de 61% e execução de 61%; Justiça Começa na Infância com previsto de 65% e execução de 54% foi impactado pela pandemia porque estavam previstas capacitações e seminários



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

presenciais e também pelo repasse de recursos do FDD que não foram feitos; Revista CNJ V5 com previsto de 25% e execução de 25%. Sobre o Justiça 4.0 e o Renajud WS informou que não foram mensurados, sendo que esse último está dependendo do DENATRAN; Secretaria de Gestão de Pessoas: Dimensionamento de Pessoal com previsto de 23% e execução de 22%. Por fim, adicionou, ainda, que em relação ao projeto Justiça 4.0, até abril, 37 tribunais aderiam ao Juízo 100% Digital; com relação ao Aperfeiçoamento funcional do CNJ e da Justiça, houve a pesquisa sobre interesse em curso de análise de dados junto aos ramos da justiça. Em relação ao Sinapses, aconteceu 1º *Workshop* dos analistas de IA para treinamento no sistema, revisão da documentação GTI e a preparação do ambiente de desenvolvimento Sinapses/Codex. Sobre o DataJud, houve o treinamento da equipe do projeto e a realização de 3 *webinars* de aprimoramento do DataJud, em abril com a apresentação do Faxinajud. E sobre o PMOJud registrou que em março foi feita a parceria com PNUD e UNOPS e, em abril, houve a apresentação da proposta da implantação do escritório de projetos.

## 6. Considerações Finais

A Sra. Fabiana Andrade agradeceu a participação de todos, acrescentou que as apresentações demonstraram diversas ações realizadas no primeiro quadrimestre para que fossem alcançados os percentuais de cumprimento dos objetivos estratégicos e reforçou que um dos objetivos da reunião é a apresentação de soluções. Por fim, a Dr. Dayse Starling Motta, Juíza Auxiliar da SEP, agradeceu a todos pelo empenho e participação. Enfatizou a orientação do Dr. Marcus sobre o formato da reunião para que fosse mais curta e com foco, não nos problemas mas nas soluções, com olhar não no descumprimento da meta mas nas propostas de solução para que seja alcançada. Enfatizou que o CNJ é vitrine para o Poder Judiciário e que é possível a congregação de energias para vencer, pois o CNJ é um órgão único, em que todos trabalham de forma colaborativa porque fazem parte do mesmo sistema. Para a próxima reunião, adiantou, que serão trazidos os resultados do Justiça 4.0 porque concentra todos os setores.